

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DE ANÁLISE DOCUMENTOS

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. 70/2022 – PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ

INTERESSADA: VPA PAVIMENTACAO EIRELI

Às oito horas do décimo sexto dia do mês de dezembro de dois mil e vinte e dois (16/12/2022), na sala de Licitações da Prefeitura de Timbó/SC reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria n. 568, de 20 de dezembro de 2021, alterada pelas Portarias n. 701, de 16 de fevereiro de 2022, e n. 1.110, de 22 de setembro de 2022, para análise dos documentos objetivando a proceder à análise dos documentos constantes do processo de Inexigibilidade de Licitação n. 70/2022 da Prefeitura Municipal de Timbó (PMT).

Aberta a sessão, foram analisados os documentos integrantes do processo de inexigibilidade apresentados pela VPA PAVIMENTACAO EIRELI – CNPJ n. 07.516.335/0001-06:

DOCUMENTO	FUNDAMENTO
Descrição do objeto: <ul style="list-style-type: none">• Requisição ao Compras (folha 2)• Termo de Referência (folhas 11 a 14)• Certidão de Regularidade do Objeto (folha 3)	Art. 14 da Lei n. 8.666/93 Art. 15 da Lei n. 8.666/93
Declarações orçamentárias: <ul style="list-style-type: none">• Declaração de Adequação da Despesa com a LOA, LDO e PPA (folha 4)• Declaração de Impacto Orçamentário e Financeiro (folha 5)	Art. 7º, § 2º, III, da Lei n. 8.666/93 Art. 14 da Lei n. 8.666/93 Art. 16, caput, II, da Lei Complementar n. 101/00 Art. 17 da Lei Complementar n. 101/00
Justificativa formal do motivo característico da inexigibilidade (folha 58 a 60)	Art. 25 da Lei n. 8.666/93 Art. 50, IV, da Lei n. 9.784/99
Razão da escolha do fornecedor ou executante (Inexigibilidade de licitação por credenciamento 21/2019 PMT)	Art. 26, parágrafo único, II, da Lei n. 8.666/93
Justificativa do preço (folha 15 a 17)	Art. 26, parágrafo único, III, da Lei n. 8.666/93
Orçamento detalhado e original das propostas de preços e demais documentos que comprovem justifiquem os preços do fornecedor ou outro documento que comprove que os preços praticados pelo fornecedor são os praticados no mercado (Inexigibilidade de licitação por credenciamento 21/2019 PMT)	Art. 38, IV, da Lei n. 8.666/93
Cartão CNPJ (folha 29)	Art. 29, I, da Lei n. 8.666/93
Certificado de regularidade do FGTS (folha 30)	Art. 29, IV, da Lei n. 8.666/93 Art. 27, a, da Lei n. 8.036/90
Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (folha 31)	Art. 29, II, da Lei n. 8.666/93
Certidão Negativa de Débitos Estaduais (folha 32)	Art. 29, III, da Lei n. 8.666/93
Certidão Negativa de Débitos Municipais do domicílio da contratada (Timbó, SC) (folha 33)	Art. 29, III, da Lei n. 8.666/93 Art. 193 do Código Tributário

	Nacional
Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) (folha 34)	Art. 29, V, da Lei 8.666/93
Certidão de Falência, Concordata e Recuperação Judicial (folhas 35 e 36)	Art. 31, II, da Lei n. 8.666/93
Ato Constitutivo (folhas 22 a 23)	Art. 27, I, com art. 28, ambos da Lei n. 8.666/93
Declarações obrigatórias (folhas 37 a 39)	Art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal Art. 27, V, da Lei n. 8.666/93
Declarações de Impessoalidade (folhas 41 a 42)	Art. 9º da Lei 8.666/93

Da análise destes documentos, observa-se que a empresa interessada VPA PAVIMENTACAO EIRELI – CNPJ n. 07.516.335/0001-06 apresentou documentos regulares, sendo que a Comissão de Licitações a declara **HABILITADA** neste procedimento de Inexigibilidade de Licitação.

Nada mais havendo, o Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

LUÍS EDUARDO PEIXE
Presidente

ANA OTÍLIA PAMPLONA
Membro

THOMAZ H. N. CAMPREGHER
Membro